

**GESTÃO DEMOCRÁTICA, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO  
DO CAPITALISMO GLOBAL**

**DEMOCRATIC MANAGEMENT, NEOLIBERALISM AND EDUCATION IN THE  
CONTEXT OF GLOBAL CAPITALISM**

**GESTIÓN DEMOCRÁTICA, NEOLIBERALISMO Y EDUCACIÓN EN EL  
CONTEXTO DEL CAPITALISMO GLOBAL**

Vanessa Mariano de Castro<sup>1</sup>

Hildemar Luiz Rech<sup>2</sup>

Fabiano Alves de Morais<sup>3</sup>

Francisca Valéria de Sales Peixoto<sup>4</sup>

1

**Resumo:** Esta investigação, sobre gestão democrática, neoliberalismo e educação no contexto do capitalismo global, busca analisar os limites à educação, sob a influência do neoliberalismo, a fim de caracterizar a gestão democrática na escola pública e identificar o papel da escola na sociedade contraditória do capital. A pesquisa, de cunho bibliográfico, encontra-se apoiada no materialismo histórico-dialético. Como resultado, temos a luta por uma nova sociabilidade, cuja conquista necessita da apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Gestão democrática. Neoliberalismo. Educação.

**Abstract:** This investigation on democratic management, neoliberalism and education in the context of global capitalism seeks to analyze the limits to education, under the influence of neoliberalism, in order to characterize democratic management in the public school and to identify the role of the school in the contradictory society of capital. Bibliographic research is based on historical-dialectical materialism. As a result, we have the struggle for a new sociability, whose conquest needs the appropriation of the knowledge historically accumulated by the working class.

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda em Educação Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Educação, FACED-UFC. Professora efetiva da Educação Básica na Rede Municipal de Fortaleza/Ceará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8119-9853>. Email: [vanessamariano@yahoo.com.br](mailto:vanessamariano@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH da UNICAMP, SP, com estágio doutoral pela Universidade de Manchester, Inglaterra; Pesquisador e Professor Titular no Departamento de Fundamentos da Educação e na Linha de Pesquisa de Filosofia e Sociologia da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, FACED-UFC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5825-1887>. E-mail: [hluizrech@gmail.com](mailto:hluizrech@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrando em Educação Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Educação, FACED-UFC. Bolsista da CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8401-1249>. Email: [prof.fabianomorais@gmail.com](mailto:prof.fabianomorais@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestranda em Educação Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Educação, FACED-UFC. Professora efetiva da Educação Básica na Rede Estadual do Ceará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4580-3494>. Email: [fvaleriasp3@yahoo.com.br](mailto:fvaleriasp3@yahoo.com.br)

**Keywords:** Democratic management. Neoliberalism. Education.

**Resumen:** Esta investigación sobre la gestión democrática, el neoliberalismo y la educación en el contexto del capitalismo global busca analizar los límites de la educación, bajo la influencia del neoliberalismo, con el fin de caracterizar la gestión democrática en la escuela pública e identificar el papel de la escuela en el contexto contradictorio. sociedad del capital. La investigación bibliográfica se basa en el materialismo histórico-dialéctico. Como resultado, tenemos la lucha por una nueva sociabilidad, cuya conquista necesita la apropiación de los conocimientos históricamente acumulados por la clase trabajadora.

**Palabras-clave:** Gestión democrática. Neoliberalismo. Educación.

## Introdução

A investigação realizada por esta pesquisa versa sobre a gestão democrática, o neoliberalismo e a educação no contexto do capitalismo global. Desse modo, busca analisar os limites que cerceiam a educação, em meio às influências estruturais do neoliberalismo sob a égide contraditória do capital. Requer, ainda, caracterizar a gestão democrática na escola pública contemporânea, identificando os elementos que estruturam o funcionamento e o papel da escola pública no contexto neoliberal.

Desta feita, para a apreciação de nosso objeto de estudo, apoiamo-nos no materialismo histórico-dialéctico, como pressuposto ao exame da realidade objetiva urdida nas relações sociais desenvolvidas pelos indivíduos, que, por meio de seus trabalhos, influenciam e são influenciados.

Ademais, conforme Marx (2010), o homem, por sua natureza social, tem no trabalho a determinação recíproca de subjetivação e objetivação como desencadeadores da gestão da educação básica e gestão do ensino superior: os desafios da gestão democrática, processo que envolve teleologia e causalidade, atributos esses que diferem o homem das outras instâncias naturais.

Com efeito, segundo Dal Rosso *et al.* (2011), as ações executadas dentro do espaço institucionalizado de ensino podem ser caracterizadas como trabalho ao considerarmos sua perspectiva de imaterialidade. Contudo, dentro da lógica do sistema capitalista, seu escopo se pauta na perpetuação de uma sociedade de classes. Logo, Ponce (2007) nos alerta que a escola, bem como outros elementos determinados pelo capital, tem como prevalecente em sua gestão os interesses da classe dominante, que se efetiva e se resguarda do âmbito legal por meio de atos normativos, para se perpetuar no poder. Nessa perspectiva, podemos verificar

que o estatuto legal regulamentador da conduta social de ambiência democrática se respalda numa suposta preocupação com uma formação integral, universal e gratuita.

Todavia, segundo Tonet (2012), em meio à igualdade formal emerge uma desigualdade real, não restrita ao espaço interescolar, mas perpassada em todos os contextos de vivências dos indivíduos. Na busca por compreender os múltiplos determinantes que envolvem o processo educacional nas escolas públicas, é que se justifica a relevância desta investigação, de cunho bibliográfico, a fim de desvendar as nuances insurgentes que perpassam a gestão democrática nas escolas públicas em meio à sociedade contraditória do capital e agudizadas sob a influência do neoliberalismo. Nessa concepção, é que se enceta esta investigação, ao suscitar um debate sobre a problemática da gestão educacional, que, de acordo com Paro (2010), tem tanto o ensino quanto a administração burocrática pautados em um modo gerencial de produção capitalista que reverbera impactos negativos sobre a educação.

Assumindo tal encaminhamento, à medida que examinamos o transcorrer das relações sociais, econômicas e políticas envolvidas, pudemos confirmar uma visão de eficiência e eficácia oriundas de vieses administrativos gerenciais e empresariais, transpostas à educação formalizada e que tem lhe repercutido negativamente. Sobre a concepção exposta, conforme nos esclarece Ravitch (2011), podemos destacar que adoção metodológica semelhante foi aplicada ao sistema de ensino norte-americano e levou o país ao fracasso educacional.

Nesse prisma, analisamos a educação em sua relação temática com a democracia e gestão na escola pública, para que, nessa dimensão, possamos entender o fracasso do sistema educacional sob a égide do capitalismo neoliberal, bem como as reverberações desse padrão gerencial para a educação. Posto que, a adoção desse padrão vem comprometendo a formação dos educandos e o papel do docente, de modo a consolidar discursos que, diretamente ou indiretamente, são introjetados nos indivíduos, com objetivo de enaltecer gradações e gratificações por desempenho de educandos e educadores, respectivamente.

Na realidade, tal discurso pleiteia a manutenção do sistema neoliberal, e não uma formação integral, que ideologicamente captura a subjetividade dos indivíduos, postulando como se fossem sinônimas a cidadania e a emancipação humana, dentro capitalismo neoliberal como espaço escolar, tal como veremos no próximo tópico.

## Neoliberalismo no espaço escolar

A educação não existe sem um ideal humano, sem ideia de excelência humana e social. Como já foi mencionado anteriormente, partindo desse pressuposto, acreditamos que poucos autores têm a coragem de debater questões sobre a escola como “mercado” ou a escola tradicional e republicana. Dentre esses, destacamos os escritos de Laval (2019).

Para o autor, no começo dos anos 2000, era necessário exibir a coerência, o caráter sistêmico e a estrutura dessas transformações. Era imprescindível denunciar que o que estava acontecendo tinha a dominação, seguindo um conceito: *o neoliberalismo escolar*. Uma análise que foi encampada no quadro amplo do mundo docente, além de contribuições especiais por parte de professores e sindicatos.

A exemplo: temos um país como a França, que desde de 2018 combate, fortemente, o financiamento com atividades escolares, permanece restritas, isto é o governo francês faz forte resistência ao aumento de vagas nas universidades para favorecer as universidades particulares. “Os sucessivos governos continuam a favorecer as universidades particulares, a atribuir estatutos derogatórios a algumas universidades públicas e ainda como foi nos anos 2018, a aumentar a taxa de matrícula” (LAVAL, 2019, p. 7).

Para Laval (2019), o vigor já era notório, e nesse mesmo momento o autor escrevia um livro, “A escola não é uma empresa”, contra a concepção empresarial que vinha de umas estratégias que estavam sendo incrementadas por promotores do neoliberalismo escolar: constituíam-se em modificar o sistema educacional via medidas isoladas, pois atingia de cheio as zonas específicas do sistema, que só adquirem sentido quando são relacionadas umas com as outras. Não obstante, é um quadro que precisa ser analisado, pois existem evidências de rompimento mais que simples reação.

As evidências do neoliberalismo no espaço escolar também trazem à tona a degradação mundial e as condições de vida e trabalho. Contudo, também massifica a deterioração das instituições escolares e universitárias científicas. Conforme o autor:

“Tudo está ligado”: o que interessa acima de tudo compreender em sociologia é a lógica de transformação da sociedade, o que Pierre Dartot e eu, em a nova razão do mundo, chamamos de logica normativa de conjunto. E essa norma neoliberal, quando se entende muito além do campo escolar econômico stricto sensu, é acima de a racionalidade do capital transformada em lei social geral (LAVAL, 2019, p. 9).

Nesse sentido, é central compreendemos esse quadro para podermos transformar mundialmente a sociedade e suas instituições. Isto é, temos que analisar algumas dimensões fundamentais do neoliberalismo que emerge via Estado pelas políticas neoliberal, que é inerente ao conceito operacional de “capital humano”.

Nesse quadro, existem, também, negações múltiplas de partidários das “reformas” nas escolas de nível superior, que veem a política reformista somente como uma tentativa de “modernizar”, isto é, para melhorar a escola em termo “eficaz”; mas a resistência continua. Laval (2019) compreende que negar o caráter ideológico e político nessa estratégia significa se apresentar como especialista ou técnico – ou seja, nem de direita nem de esquerda. Não há nenhuma sensibilidade exclusiva com o desfecho. Em outras palavras, a política tecnocrata se recusa, como sempre, a aceitar as medidas executadas relacionadas a transformações do sistema econômico e de poder dominante.

O neoliberalismo nem sempre é aplicado conscientemente como ideologia ou como uma teoria da qual é conduzido seu processo na educação. Segundo Laval (2019, p 10): “[...] tal como é aplicado, não se apresenta como uma doutrina e menos ainda como uma ideologia. E os que trabalham com seus agentes nem sempre o aplicam conscientemente como um programa político ou teoria”. Ou seja, eles preferem se julgar “realistas” ou “pragmáticos”. Isto é, com toda essas questões que emergem da escola neoliberal, na qual a mesma é desigualitária e que forma a classe burguesa na medida em que apoia a economia capitalista de uma classe da sociedade – a burguesia emergente.

É pertinente que no mundo neoliberal generalizado produza, fortemente, a concorrência para tomar os espaços generalizados entre a sociedade e todos os seus setores. Por exemplo: os assalariados, as leis vigentes, os sistemas fiscais e as instituições similares, as quais recebem financiamento econômico internacional, que têm respaldo legítimo em políticas públicas. Isso exige mudanças trágicas sobre as políticas educacionais e desenvolvimento de um poder legítimo, simbólico e político no centro de produção do discurso central sobre a escola.

Disto isso, não se trata apenas de falar numa ordem mundial e linear de um mundo educacional perfeitamente homogêneo. Contudo, a emergência dos sistemas nacionais segue com tudo nessa transformação em direção à inércia, e o Brasil não fica de fora, mas na vanguarda do modelo de escola neoliberal, como e explicitaremos alguma abordagem que justifica os fatos concretos e atuais.

Ou seja, o sistema educacional brasileiro tem suas reservas particulares, seus parceiros

e, sem dúvidas, não podemos aqui analisar a situação educacional no Brasil como dissemos antes, que está na vanguarda de uma educação fechada com o modelo neoliberal com países como o Japão, além da Europa. Contudo, como explicitaremos, no Brasil, a taxa de desigualdade entre discentes de origem social diferente é superior, “[...] apesar das medidas do governo Lula para ampliar mais igualitariamente o ensino por meio de um sistema de cotas sociais e raciais” (LAVAL, 2019, p. 12). Pois, no Brasil, acontece mais a desigualdade em todos os níveis, principalmente na educação, do que na própria França. Tudo isso acontece em meio aos aspectos do sistema educacional brasileiro que têm vertentes inerentes ao neoliberalismo. Para o autor:

O neoliberalismo escolar resultou, na verdade, numa verdadeira guerra entre classes para entrar nas “boas escolas” de um sistema escolar e universitário cada vez hierarquizado e desigualitário. É por esse motivo que a análise não pode se restringir ao fenômeno econômico de mercantilização da escola, mas entender –se à lógica social de “mercadorização” da escola pública, que está ligada à luta generalizada das classes sociais dentro do mercado escolar universitário (LAVAL, 2019, p. 13-14).

Por isso, é crucial defender o setor público, e fazer a transformação numa luta sem paradesio, resistir a contradições locais e a contramedidas que são necessárias para conquistar as lutas pela igualdade entre estudantes, e entender que a lógica neoliberal pode, sim, ser combatida mundialmente. Para tanto, basta traçar um plano no espaço mundial, isto é, precisamos criar e recriar espaços de debates e defender o todo, intensificando intercâmbios com professores e pesquisadores, sindicatos e outros setores, coordenando lutas intersetoriais e internacionais da sociedade.

Nesse caso, é importante mobilizar a luta de classes, como a de professores e pesquisadores, para compreender melhor as ações a serem traçadas, e identificar novas lutas dentro de uma ordem educacional e mundial. Pois, as lutas e resistências internacionais são fulcrais para combater o desmonte que acontecem em âmbito educacional por interesses econômicos, sobretudo das ameaças políticas contra docentes que *põem em xeque* suas liberdades como professores e pesquisadores.

Disso isto, hoje, a escola enfrenta uma crise crônica, na qual o quadro clínico segue regras apresentadas por uma literatura vasta. Trata-se de uma crise legitimada, isto é, a escola não é mais respaldada pela grande narrativa da escola clássica, mas por novas tendências do sistema capitalista neoliberal, como explicaremos no próximo tópico.

## Novas tendências do neoliberalismo na escola

Um dos objetivos do neoliberalismo é trazer à luz do debate a nova ordem estabelecida, que a escola tende a aceitar as reformas sucessivas do discurso dominante do capitalismo tardio. Isto é, revelar a lógica apenas na aparência das emergentes mudanças que acontecem no ensino. Contudo, alguns dispositivos desse novo modelo são bem conhecidos por meio de trabalhos que são desenvolvidos claramente pelas tendências sociais, culturais, políticas e econômicas, as quais modificam mais ainda o sistema de ensino (LAVAL, 2019). No entanto, estudiosos como Laval ainda não têm visto com nitidez esse quadro que agrava de modo geral a educação. Nesse sentido, segundo o autor:

Para ficar apenas em algumas figuras do discurso dominante, devemos nos perguntar que relação têm entre si as imagens da criança – rei, da empresa divinizada, do gestor educacional, do estabelecimento descentralizado, do pedagogo não diretivo, do avaliador científico e da família consumidora (LAVAL, 2019, p. 17).

Ademais, como diria o autor, a formatação dessas figuras possui um verdadeiro antagonismo diverso. Não obstante, quando alguns desses princípios evoluem dos vinte anos, são transformados por relações diversas, seja numa lógica gerencial, do consumo escolar ou da pedagogia, que emerge do individualismo e com maciças articulações ligadas às transformações econômicas e culturais que alçaram as sociedades de mercado, uma vez que, como vemos, as instituições escolares se amoldaram cada vez mais ao conceito de *escola neoliberal*.

A escola neoliberal tem características idênticas com o modelo escolar que confirma uma educação como um bem essencialmente privado, isto é, cujo valor, acima de tudo, é o econômico em vez de ser humano.

Não é a sociedade que garante a direito à cultura a seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenômeno que atinge tanto o sentido do saber e as instituições que supostamente transmitem os valores e os conhecimentos quanto o próprio vínculo social (LAVAL, 2019, p. 17).

Essas privatizações tanto atingem a questão do saber, como também as instituições escolares nas quais transmitem os valores culturais, como os próprios vínculos sociais. No entanto, essas tendências se mesclam para que a escola se torne importante para a sociedade

em um espaço de inúmeras tensões. Um espaço que acumule capital, como capacidade de inovações, e de formação de trabalho humano, como mão de obra, portanto, de uma estrutura que possa ligar o saber a largos cargos dos Estados nacionais.

Além disso, para Laval, é necessário se utilizar de dispositivos econômicos eficientes, de domínio científico, com crescente do nível cultural de mão de obra, “[...] ao mesmo tempo, e em razão da própria expansão da lógica de acumulação, o custo permitido pelo orçamento público deve ser minimizado por uma reorganização interna” (LAVAL, 2019, p. 17). Ou seja, é “rentável” para as empresas usuárias de “capital humano”. Nesse sentido, emergem algumas indagações pertinentes ao assunto posto.

Antes de partir para uma segunda etapa, perguntamo-nos: esse modelo de educação não seria um novo idioma da educação em um sistema capitalista? Como, por exemplo, um estudo ao longo da vida que se utiliza de estratégias, como as competências e a pedagogia das competências, que, segundo Saviani:

Modelo dos conteúdos culturais-cognitivos: para este modelo, a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar. b) modelo pedagógico-didático: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico didático (SAVIANI, 2008, p. 246-253).

Quais as leis educativas permitiam os estudos da época? O aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a saber<sup>5</sup>? Quais as teorias e métodos utilizados pelos professores e os critérios de avaliação? Qual teórico que estimulava os docentes? Trata-se de uma pesquisa que temos a curiosidade de fazer e vemos essa oportunidade atualmente, portanto, tentamos focar e responder ao final, quando tecemos as considerações finais.

Nos eixos seguintes, tentaremos fazer uma ponte teórica e práxis<sup>6</sup> com os assuntos pertinentes às nossas lembranças estudantil, acadêmica e profissional, a partir das quais aprendemos uma grande lição: ajudar a formar novas consciências e acolher os mais necessitados de uma vida com tantas desigualdades sociais.

Ainda no contexto do modo de produção capitalista, e segundo Chomsky (2002), o neoliberalismo emergiu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na América do Norte e Europa, como forte reação teórica e política contra o Estado de bem-estar social, de viés

<sup>5</sup> Presidido por Jacques Delors - os 4 pilares da educação e estudos e relatório da Unesco e parceria com o Banco Mundial.

<sup>6</sup> Práxis no sentido do ser social e não de práticas comum. A práxis como objetivo de emancipação humana.

intervencionista e cujas ideias foram publicadas no livro “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, de John Maynard Keynes (1936).

De modo que, a proposta neoliberal ensejava combater o keynesiano e foi defendida pelos teóricos Friedrich Hayek e Milton Friedman em seus discursos acerca das medidas neoliberais a serem adotadas como metas para estabilizar financeiramente a economia e conter as despesas dos gastos sociais, com bem-estar, desemprego, reforma fiscal e redução dos impostos para altos rendimentos. Isso nos leva a concordar com a asserção de Tonet:

[...] ao capital, não interessa a ampliação dos espaços democrático-cidadãos para os trabalhadores. A isso ele só cederá se for compelido pela luta dos trabalhadores e/ou quando isso lhe for conveniente. E sempre, embora com perdas momentâneas, saberá dar a volta por cima e garantir em nível superior à sua reprodução (TONET, 2009, p. 16).

Dito isso, a partir de 1989, ocorreram reuniões junto aos membros do governo norte-americano e órgãos internacionais — como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) — a fim de se debater e se chegar a um acordo econômico, político e social. Desses eventos, cabe destacar o Consenso de Washington, que em defesa dos ideários neoliberais ajustou dois eixos básicos a serem implementados: redução do tamanho do Estado e abertura da economia. Significa, outrossim, que os ideais neoliberais se impregnaram de tal forma ao labor humano que a realidade do trabalhador, no âmbito da gestão democrática nas escolas públicas, apresentou-se de forma a ocultar aspectos não democráticos.

As políticas sociais foram interpretadas como custos sociais. Como exemplo, temos o uso da palavra “democracia”, que, a partir de então, esteve presente em quase todos os projetos e atividades escolares. Todavia, analisando a prática e amplitude que a categoria alberga, podemos verificar que se limita à formação de consensos ancorados no idealismo.

Tais ações, vistas como democráticas, são, na realidade, escolhas que carregam fins constituídos por interesses de minorias de grupos dominantes. Estes, por sua vez, retiram, gradativamente, a autonomia da escola e de seus profissionais. Isso se reflete no cerceamento à garantia de apropriação pelos educandos, do conhecimento historicamente acumulado e sistematizado, consoante Saviani (2008, p. 39): “[...] quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e, quando se menos falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática”.

Frente à realidade apontada, tornam-se necessárias ações que se alinhem à real função da escol. Para tanto, nosso pensamento se coaduna com o de Paro (2010, p. 230): “Na medida

em que, em termos políticos, a escola adote objetivos articulados com os interesses da classe trabalhadora, é preciso que os princípios, as técnicas e os métodos utilizados em sua administração estejam adequados a esse tipo de objetivos”.

Nesse sentido, a rotina da escola fica comprometida em desenvolver atividades burocráticas, distanciando-se de seus reais objetivos. Com efeito, os entraves burocráticos negam a execução de práticas democráticas, na medida em que, nesse espaço, prioriza-se a divisão parametrizada do trabalho, por meio de tarefas distintas e sem interação com os reais objetivos da escola.

Foi assim que a escola passou, de forma sorrateira e conformista, a promover o afastamento de sua função, tarefa primeira, e passou, segundo Paro (2010, p. 196-197), a: “[...] promover a autonomização das tarefas e o esvaziamento de seus conteúdos, comprometendo cada vez mais a qualidade do ensino e a satisfação do professor em sua função”.

## Conclusões

Diante do exposto, na sociedade capitalista, onde existe uma estrutura de classe com interesses opostos, corre-se o risco de a escola, apesar do seu discurso sobre valores significativos, não colaborar para a consciência democrática. Seguindo essa perspectiva, a instituição pode promover a alienação da classe subalterna, por meio da difusão de ideologias que, de maneiras sutis, servem à manipulação dos interesses da classe dominante, tema esse esclarecido por Mészáros:

Compreensivelmente, a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida (MÉSZÁRIOS, 2004, p. 59).

Posto que, mesmo tendo como objetivo atender com equidade a todas as classes sociais, a educação escolar concretamente trabalha com saberes elitizados e, dessa forma, não se torna atrativa à classe menos favorecida, que acaba se evadindo da mesma. Pois, para a classe trabalhadora, a maior preocupação está em saciar as necessidades básicas de sobrevivência, portanto, tem-se pressa em obter qualificação profissional. Esse fato a leva a

ignorar a possibilidade de desenvolvimento pessoal, a partir do qual seria possível desenvolver uma consciência crítica e intervir de forma prática na mudança do *status quo*.

A classe trabalhadora, guiada por essa concepção, acaba por colocar em segundo plano o domínio do conhecimento, a ponto de os sujeitos se desmotivarem quanto aos seus direitos de acesso à educação escolar, que finda por ser orientada para a elite social. Essa situação é confirmada por Ponce (2007), ao esclarecer essa condição injusta, em que a elite social chega aos bancos das escolas privadas com arcabouço cultural viabilizado pela eminente condição econômica e social da família em contraponto à realidade das massas populares.

Tal disparidade se reflete no fracasso escolar, e a instituição acaba responsabilizando a própria vítima (o educando) por sua frustração, alegando como motivo sua falta de interesse pelos estudos. Por isso mesmo, a escola tende a procurar alguém para responsabilizar sobre o fracasso escolar, desse modo, culpando o aluno, a família e, até mesmo, a própria instituição.

Atribui-se a todos o dolo, menos ao poder que gera essa situação. Significa, outrossim, a necessidade de que a classe trabalhadora se posicione, opondo esse modelo de sociedade desigual e contraditória. Seguindo esse viés, a escola pode se tornar uma ameaça às elites dominantes, que manobram e corroboram a manutenção da desigualdade, já que esses se mantêm no poder por meio da exploração dessa relação eivada de dualidade, tolhendo-a da emancipação da classe trabalhadora.

Sobre esse contexto, podemos argumentar que fica cada vez mais difícil tornar possível uma gestão escolar verdadeiramente democrática nas escolas públicas, já que essas funcionam como instrumento de domínio, reprodução e conformação do capitalismo neoliberal, logo, visam atender às necessidades da estrutura capitalista.

Sob novas circunstâncias divergentes das atuais, e com a entrada em cena de uma nova sociabilidade, o objeto da ação educativa não seria de transmissão, mas de oportunidade de apropriação ofertada aos educandos, tendo a finalidade de elevar o homem à sua condição de liberdade, formando indivíduos plenos e integrais, conforme Paro, nos oferece esclarecimento:

[...] o objeto da ação educativa não se restringe ao conhecimento. Se ela tem de pôr fim a formação de personalidades humano-históricas, seu objeto é a cultura em sua integralidade: conhecimentos, valores, arte, ciência, filosofia, crenças, tecnologia, direito, enfim, tudo o que é produzido historicamente (PARO, 2015, p. 70).

Logo, em conformidade com Mészáros (2008, p. 76), “[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora”. Essa transformação deve ser para a classe trabalhadora, já que é na escola pública que os filhos da mesma se encontram.

Embora saibamos que a escola não é o único espaço de formação, mas, frente à realidade da estrutura social capitalista, compreendemos que é nela que devemos garantir para a classe trabalhadora, através de seus filhos, o acesso ao conhecimento sistematizado desenvolvido historicamente.

Por isso mesmo, confiamos nessa possibilidade, na apropriação do conhecimento pelos filhos dos trabalhadores, para que possam compreender a essência, e não apenas a aparência, das causas das desiguais relações sociais, e poderão transformar em oportunidade as contradições existentes no sistema capitalista.

A exposição até aqui apresentada leva em conta que a cidadania alicerçada na ambiência democrática não pode ser interpretada como fim em si mesma, mas como oportunidade para se suplantar a sociedade de classes, logo, o capital, uma vez que, dessa maneira, conseguiremos seguir rumo a uma nova sociabilidade comunista, emancipada e pautada na formação integral dos indivíduos.

## Referências

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**. Tradução de Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DAL ROSSO, Sadi et al. **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Biblioteca Sindicalismo em Educação. v. 1. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa - o neoliberalismo em ataque a escola pública**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação.** Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas: Autores Associados, 2008.

TONET, Ivo. Marxismo e Democracia. In: BORGES, L. F. P.; MAZZUCO, N. G. (Org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina.** São Paulo: Xamã, 2009.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Recebido em: 03 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 13 de maio de 2021.